

Conforme nota técnica formulada pela Federação Brasileira de Tradutores e Intérprete de Libras, consignada nos autos do processo administrativo das fls. 272 as 275, Concorrência 0001/2019, é recomendada a troca entre as funções da equipe de TILS quando a interpretação simultânea da LIBRAS demandar longos períodos de tempo, como é o caso das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes da Câmara Municipal de Nova Friburgo, portanto a licitante G. A. C. DA SILVA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E PESQUISAS, ao apresentar em seu quadro de profissionais somente 01(um) profissional não cumpre os requisitos na nota técnica em comento, a qual encontra guarida na NR 17.6.3 do Ministério do Trabalho, que *in verbis* diz:

17.6.3. Nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores, e a partir da análise ergonômica do trabalho, deve ser observado o seguinte:

(omissis)

b) devem ser incluídas pausas para descanso;

(grifos nossos)

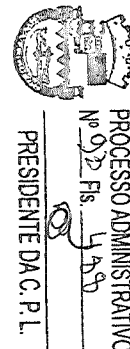
A recomendação da FEBRAPILS é que no intervalo entre 20-30 minutos haja o revezamento, entre de 2(dois) tradutores-intérpretes de LIBRAS, para adequações dos requisitos técnicos do presente edital a fim de mantenha a qualidade da tradução do conteúdo.

Sendo a Administração Pública tomadora do serviço, portanto, possui responsabilidade subsidiária na contratação do serviço em comento, a não observação da Nota Técnica pode gerar no futuro prejuízos aos cofres públicos, na hipótese de danos causados aos profissionais por carga horária excessiva, sem intervalo, visto não atender a recomendação da FEBRAPILS.

2) DA EMPRESA MAV MASTER ÁUDIO E VÍDEO PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA

a) DA NÃO APRESENTAÇÃO DA CÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO SOCIAL

Entre as folhas 302 e 307 consta o contrato social da empresa MAV MASTER ÁUDIO E VÍDEO PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA em desconformidade com o artigo 32 da lei 8666/93, o item V.01.05 observação do edital concorrência 0001/2019 da Câmara Municipal de Nova Friburgo, Art. 177., Art. 178. e Art. 356-B da Consolidação Normativa Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Caput do artigo e respectivos incisos I e II acrescidos pelo Provimento CGJ n.º 64/2016, publicado no D.J.E.R.J. de 01/08/2016. Todavia a licitante deveria apresentar a original ou a cópia autenticada por servidor da administração pública ou por cartório competente, todavia não houve subsunção da



empresa a nenhum destes requisitos legais, conforme artigo 32 da lei 8666/93 que *in verbis* diz:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

O edital em comento corrobora, acertadamente, com tal disposição na observação do item V.01.05:

"As cópias dos documentos exigidos apenas serão aceitas se estiverem devidamente autenticadas ou mediante a apresentação dos originais, combinado às cópias, que serão autenticadas no ato, pelo Presidente da Comissão."

Observa-se que a lei é clara ao expressar que o cartório deve ter competência para tal autenticação da cópia, portanto não é passível a validade de documentos eletrônicos sem a sua devida conformidade. Neste sentido, Consolidação Normativa Extrajudicial da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro destaca as atribuições e a forma de autenticação do serviços notariais referente as cópias dos documentos eletrônicos mesmo com código de autenticação:

Art. 177. É obrigatória a afixação e transmissão do Selo Eletrônico de Fiscalização em todos os atos extrajudiciais praticados, nas hipóteses previstas no artigo 178 desta Consolidação.

Art. 178. Será utilizado o Selo Eletrônico de Fiscalização da seguinte forma:

§ 1º. Nos Serviços com atribuição notarial:

(omissis)

VI - um selo eletrônico em cada folha da materialização de documento eletrônico.

Art. 356-B. A materialização, em papel, de documentos eletrônicos, públicos ou particulares, deverá ser realizada pelo Serviço Extrajudicial com atribuição notarial, que certificará ao verso de cada folha impressa:

I – Em caso de documento impresso através da Rede Mundial de Computadores WEB:

data e hora da impressão;

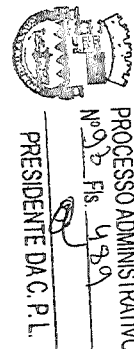
URL de onde foi extraída a cópia;

número total de folhas que compõem o documento;

número correspondente à folha do documento.

(grifos nossos)

Percebe-se que não há na documentação da licitante apresentação do selo ou qualquer dos instrumentos necessários a autenticação seja pelo cartório ou administração pública, conforme disposições acima. Portanto, a CPL não deverá aceitar a cópia do contrato social apresentada pela MAV MASTER ÁUDIO E VÍDEO



PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA, com fulcro na observação do próprio instrumento convocatório, como já narrado, além das disposições legais expostas, culminando, conseqüentemente na inabilitação da licitante com fulcro no item V.01.01, "e" do edital em comento.



PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 95 Fls. 490
PRESIDENTE DA C. P. L.

b) DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

Na fl. 302, a Câmara Municipal de Nova Friburgo emite atestado em favor da licitante **MAV MASTER ÁUDIO E VÍDEO PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA**, comprovando a transmissão televisiva do conteúdo audiovisual em favor do referido órgão pelos agentes Emanuel Garcia Barata e Hugo Lontra da Silva, contudo tal declaração viola Artigo 12 da lei 12.485/2011 que *in verbis* diz:

Art. 12. O exercício das atividades de programação² e empacotamento é condicionado a credenciamento perante a Ancine.

(grifos nossos)

Destarte, a empresa **MAV MASTER ÁUDIO E VÍDEO PUBLICIDADE, PRODUÇÕES E MULTIMÍDIA LTDA** prestava serviços a Câmara Municipal de Nova Friburgo de forma ilegal, sem ser registrada e credenciada na Agência Nacional do Cinema quanto o de "transmissão televisiva", conforme dispositivos legal ora aliunde. Sendo certo que a lei 8666/93 prevê no artigo 30 a exigência de documentação de lei especial, *in verbis*:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(omissis)

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

(grifos nossos)

A prova de não credenciamento (conforme fls. 379-385 desse P.A) na Autarquia Especial, elide a possibilidade do exercício das atividades de programação declaradas no atestado, sendo ilegais, nulas, por violação de preceito de ordem pública, portanto não podendo gerar nenhum efeito ante a esse instrumento convocatório. Nesse sentir leciona CAMPOS BATALHA, "a nulidade opera a privação de efeitos do negócio jurídico independente de qualquer postulação ou decretação."

² A lei 12.485/2011, conhecida como lei do serviço de acesso condicionado (SeAC), TV por assinatura, define o que é atividade de programação no seu artigo 2º:

"Para os efeitos desta Lei, considera-se:

(omissis) IV - Canal de Programação: resultado da atividade de programação que consiste no arranjo de conteúdos audiovisuais organizados em sequência linear temporal com horários predeterminados;"